

INFORMATIVO





ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS) - ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)

510 anos da descoberta da Ilha de São Francisco e do Rio da Prata por Juan Dias de Solis. 490 anos do início do 2° Ciclo econômico no Brasil, o do Açúcar. 480 anos da fundação de Santos, por Brás Cubas. 460 anos da fundação de São Sebastião do Rio de Janeiro. 410 anos da expulsão dos franceses do MA pelos luso-brasileiros. 400 anos da chegada a Salvador da esquadra de Dom Fadrique de Toledo Osório (Jornada dos Vassalos) e expulsão dos holandeses. 390 anos da perda do Arraial do Bom Jesus para os holandeses. Prisão de Domingos Fernandes Calabar e execução pelo Conselho de Guerra em Porto Calvo, acusado de alta traição em favor dos holandeses. 380 anos do início da Insurreição Pernambucana contra os holandeses e do Compromisso Imortal. Elevação do Brasil a Principado. 330 anos do início do Ciclo do Ouro. Morte de Zumbi dos Palmares. Destruição do quilombo de Palmares. 310 anos do II Tratado de Utrecht e devolução da Colônia do Sacramento a Portugal. 290 anos da Guerra Luso-Espanhola (até 1737) e da assunção do governo do Rio de Janeiro pelo Brigadeiro José da Silva Pais. 270 anos da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e criação da Capitania do Rio Negro. 260 anos do início da Derrama em Minas Gerais. 210 anos da elevação do Brasil por Portugal. Início da Guerra da Cisplatina. Nascimento de Dom Pedro II. 190 anos do início da Revolução Farroupilha. 180 anos do fim da Guerra dos Farrapos. 160 anos da Tomada de Corumbá pelo Paraguai. Declaração de guerra do Paraguai à Argentina e invasão de Corrientes. Tratado da Tríplice Aliança. Fim da Questão Christie. 150 anos do Regulamento Disciplinar do Exército. 130 anos do fim da Revolta Federalista no RS. 90 anos da Lei de Segurança Nacional e da vitória contra a Intentona Comunista. 80 anos dos AI2. 30 anos da UNAVEM.

Novembro N° 491

PODER CIVIL E PODER MILITAR

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

oder é capacidade física e mental e ou autoridade legal e moral para decidir, influenciar, agir e controlar. Capacidade física e mental pode ser decisiva, embora nem sempre legítima, e a autoridade legal e moral, embora sempre legítima, pode ser insuficiente para impor a vontade.

No Brasil, o Poder do Estado é exercido através dos Poderes Constitucionais ou Poderes da União (Legislativo, Executivo e Judiciário), conforme a Constituição Federal (CF).

Na realidade, são Funções Estatais com autoridade para administrar o país e manter sua soberania, por meio de órgãos com funções de administração, criação de leis e resolução de conflitos.

Na Carta Magna, também constam os Poderes Públicos, conceito mais amplo que o de Poderes da União, pois eles englobam órgãos, entidades e instituições (ministérios, secretarias,

tribunais, assembleias legislativas e outros) com autoridade para exercer atribuições legislativas, executivas, judiciárias e outras muitas funções, representando a autoridade do Estado, tanto na esfera federal quanto nas esferas estaduais e municipais.

A CF não define, organiza ou atribui missões a um "poder civil" ou a um "poder militar", haja vista não existirem em termos legais. Como, então, subordinar as Forças Armadas (FA) a um imaginário "poder civil"? Pelo artigo 142 da CF, elas são instituições nacionais [-] sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Subordinam-se ao Chefe do Poder Executivo, que nunca foi um "poder civil" e sim um Poder da União, possível de ser exercido por militares da reserva eleitos. As FA podem ser empregadas por ordem de qualquer um dos Poderes Constitucionais, mas o comando supremo sempre será do Presidente da República. A propósito, os três Poderes da União poderão ser exercidos, simultaneamente, por militares da reserva eleitos no Executivo e no Legislativo e indicados no Judiciário.

Isso não caracterizaria um "poder militar" acima de um "poder civil".

Existe, também, o conceito de Poder Nacional, não contemplado na CF, referente à capacidade física e mental da nação para decidir, influenciar, agir e controlar. Repousa no poder das expressões política, econômica, militar, CT e psicossocial para alcançar e manter objetivos e definir interesses. Engloba todos os meios e capacidades para agir externa e internamente contra ameaças atuais ou potenciais.

A expressão política, onde estão os Poderes da União, prevalece sobre as demais na determinação de objetivos e estratégias nacionais, na paz ou na guerra, como era e ainda é ensinado e plenamente assimilado pelos militares nas FA.

Pela CF, as FA são instituições nacionais, não são estatais. Sua submissão aos Poderes da União, por si só, não garante o regime democrático, vide Alemanha nazista e URSS, onde partidos radicais substituíram o Estado e impuseram ditaduras sanguinárias, e países onde cleptocracias estabelecem um sistema ilegítimo com que dominam os Estados e sugam as nações.

FA, omissas e servis, que traem o dever de lealdade total à nação, preterindo-o por conceitos distorcidos de disciplina e legalidade, posto que voltados a Estados ilegítimos, contribuem para destruir a democracia, liberdade, justiça, soberania e comprometem o futuro do país.



BRASIL – GIGANTE COM PÉS DE BARRO

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

Ministro da Defesa, em audiência no Senado (30/09/2025), alertou sobre a debilidade das Forças Armadas (FA) para a defesa da Pátria, devido às severas e permanentes restrições orçamentárias que afetam os projetos de defesa e agravam a deficiência em equipamentos, combustível e infraestrutura. Enfatizou que o estoque de munição duraria apenas 30 dias.

São audiências sem resultados de alcances estratégicos. Como sempre, há manifestações de preocupação e revolta de parlamentares e órgãos da mídia, com resultados pontuais e apenas paliativos.

Ora, um relatório do Ministério da Defesa (MD), em 2011, divulgou graves vulnerabilidades da defesa nacional. Resultado? Os poucos projetos das FA concluídos não reduziram o hiato militar com potências que, de fato, podem impor-se ao Brasil.

Não faltaram audiências, porém, sobrou omissão do Governo e do Congresso, ampliando muito o hiato.

Em 13/12/2011, o Estadão publicou artigo meu, que segue bem atual. Lembrar Trump e Xi.

"As vulnerabilidades da defesa nacional apontadas em relatório do MD, divulgadas pelo Estadão, merecem análise do cenário político-militar mundial e de seus reflexos para o Brasil.

Os conflitos não têm mais limites geográficos, distinguindo-se apenas em amplitude e intensidade.

Do Oriente Médio e Ásia Central, expandem-se para o entorno chinês, África e espaços oceânicos adjacentes e chegarão à América do Sul.

As potências, para acessar e manter a presença em regiões de recursos vitais exercem pressões político-econômicas e empregam poder militar de forma indireta (cooperação e dissuasão) ou direta (dissuasão, coação e ato de força) para impor-se a oponentes mais fracos e limitar a influência das rivais.

Entre as prioridades de nossa diplomacia e defesa estão o Atlântico Sul e a África, onde a influência crescente da China levou os EUA a criarem o Comando da África e reativarem a 4ª Frota.

[...] documento oficial dos EUA sobre mobilidade estratégica destaca a importância de uma base no saliente nordestino brasileiro.

Os conflitos chegaram ao nosso entorno!

O insucesso ou êxito limitado dos EUA e aliados em áreas distantes resultarão em pressões para impor condições que assegurem acesso privilegiado às riquezas da América do Sul e Atlântico Sul.

A região é a maior reserva mundial de recursos naturais, tem mercado promissor, a China investe forte na área e vizinhos atraem a Rússia, a China e o Irã no campo militar.

Os EUA reagirão à penetração de rivais em sua área de influência e tudo isso afeta a liderança do Brasil [na] integração regional e defesa de seu patrimônio e soberania.

O tempo estratégico não se mede por anos, mas por décadas.

Decisões tomadas hoje têm consequências no futuro e, quando erradas, trazem perdas desastrosas, pois a correção só produz resultados em médio ou longo prazo. Os governos, desde os anos 1990, trocaram a opção de Brasil Potência pela de Global Trader, confundiram Nação com mercado, aceitaram limitações ao desenvolvimento CT e militar, negociaram a soberania na Amazônia e tornaram o País um indigente militar".

Por leviandade político-estratégica, em 2025 ainda somos um indigente militar para potências capazes de nos ameaçar em conflitos atuais ou futuros.

LEI DE SEGURANÇA NACIONAL (LSN) E ESTADO x LUTA ARMADA. QUEM PEDE PERDÃO?

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

"Avaliando o programa político de todos os grupos de luta armada, vemos que o que eles tentavam não era democracia, mas a ditadura do proletariado"

Fernando Gabeira

A LSN foi criada em 1935. Na primeira versão e em todas as atualizações até a de 1983, integrar grupos ou participar de atividades com o objetivo de mudar o regime vigente ou o Estado de Direito por meios violentos ou emprego de grave ameaça, inclusive à ordem pública eram crimes tipificados. Como visto anteriormente, os ex-militantes da luta armada reconhecem que seu objetivo era implantar uma ditadura no Brasil, portanto, uma clara afronta à LSN.

As atualizações da LSN foram em 1953, 1967, 1969 e 1983. A primeira em pleno regime democrático, as de 1967 e 1969 no estado de exceção e a última, após a redemocratização, vigeu até 2021. A redação, embora variasse de uma atualização a outra, reconfirmava a intenção do legislador original de criminalizar aquelas atividades e ameaças e impunha ações preventivas e repressivas pelo Estado, visando garantir o regime vigente, o Estado de Direito, a lei e a ordem.

Conclusão: o combate à luta armada comunista e a seus militantes, entre 1966 e 1977, não foi decisão arbitrária nem autoritária dos governos militares, mas imposição legal da LSN que, em todas as suas versões, manteve a obrigação do Estado de combater crimes dessa natureza.

Assim, militantes da luta armada não eram combatentes da liberdade nem perseguidos políticos, mas membros de grupos criminosos procurados pela polícia para responderem na justiça, como previa a LSN preexistente ao regime militar.

Marighella escreveu no Manual do Guerrilheiro Urbano (1968): "O guerrilheiro urbano tem que se tornar agressivo e violento girando em torno de sabotagem, assaltos, terrorismo, sequestros e execuções". Crimes hediondos!

Pedido de desculpas pelas FA? Pedirão perdão o PCB, PCdoB e grupos criminosos que financiaram, apoiaram e cometeram tais crimes? Pedirão perdão conhecidas lideranças atuais, que atuaram na guerrilha e participaram de crimes para implantar o comunismo liberticida?

A esquerda marxista jamais pedirá desculpas por criar o conflito que enlutou muitas famílias, cometer crimes hediondos, atrasar a redemocratização por uma década e tentar sepultar a liberdade. Esquerda hipócrita, pretendia ser governo e cometia os mesmos crimes de que acusa as instituições que a combateram. Não tem legitimidade para condenar quem a derrotou e anistiou seus militantes, ao invés de promover o banho de sangue causado nos conflitos onde o socialismo marxista venceu, haja vista suas matrizes totalitárias soviética, chinesa e cubana.

A Presidente do STM pediu perdão, em nome da Justiça Militar, aos ex-militantes da guerra revolucionária por violações sofridas no regime militar. Teria o aval dos demais membros da Corte? Imparcialidade exigiria cobrar dos ex-militantes o mesmo pedido de desculpas às vítimas inocentes de seus crimes. Equivocou-se, ainda, ao enaltecê-los dizendo que lutaram por liberdade, pois não é o que dizem ex-militantes da guerra revolucionária. Segundo Paulo R. de Almeida (diplomata e sociólogo):

"pretendíamos um regime revolucionário, que começaria fuzilando burgueses e latifundiários. Essa conversa de democracia é para não ficar muito mal no julgamento da história. Eles não têm o direito de deformar a história ou mentir".

Antes de falar é preciso considerar a LSN então vigente e a verdadeira história da luta armada.

LEI MORAL E GRANDEZA NACIONAL

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

O respeito a um tácito código de valores morais e cívicos (1) é um alicerce da grandeza de uma nação.

Riqueza, progresso e força militar não lhe conferem, por si sós, coesão, bem-estar, autorrespeito e poder nacional para sustentá-la nos desafios extremos. O código de valores é uma Lei Moral, agente da união dos cidadãos entre si e do povo com a liderança nacional.

O mundo é um tabuleiro de xadrez com perene disputa entre nações. Uma boa estratégia abre oportunidades para a vitória, mas não é o suficiente como mostrou a Guerra Fria. A URSS mascarou, com a ideologia comunista, o propósito expansionista herdado da Rússia Imperial, numa inteligente estratégia de projeção de poder, capaz de ocultar o real objetivo soviético.

Seu erro fatal foi descartar liberdade, justiça e soberania popular do código de valores, gerando a perda da coesão entre a sociedade e a liderança e o enfraquecimento da vontade nacional.

Além do tripé acima destacado, nações com visão de grandeza cultuam patriotismo, história, cidadania (2), vida, família e disciplina, que englobam outros valores indutores de nobres ideais e conquistas.

Ao criar referenciais de excelência, enaltecendo feitos e heróis, a nação motiva a busca da perfeição o que torna o povo altivo, disciplinado, empreendedor e unido - fatores de grandeza.

Ao esvaziar o código de valores, a URSS revogou a Lei Moral e naufragou. O partido comunista submeteu nação, estado, vida e família a uma degradante servidão. História e tradições foram atreladas à ideologia, enquanto disciplina e dever eram impostos por meio de ameaças e perseguições. Um partido-estado déspota e a sociedade escrava arruinaram a nação.

Nas democracias, liberdade não é "passe livre" para o cidadão fazer o que quer ao arrepio dos direitos alheios. Cidadania confere direitos, mas também impõe deveres, disciplina e respeito ao próximo.

A liberdade para progredir, individual e coletivamente fica prejudicada quando as instituições não impõem o império da justiça e as lideranças usam poder, riqueza e cargos para usurpar bens que pertencem à sociedade. A nação perde respeito externo, coesão e confiança nos dirigentes e no marco legal para corrigir rumos e isso ameaça a democracia e a paz social.

O Brasil padece de uma enfermidade moral endêmica e sofre a carência de cidadania e civismo, principalmente em sua liderança, comprometendo a coesão para enfrentar desafios à inserção soberana na geopolítica regional e global.

A liderança é patrimonialista e altamente corrompida nos Poderes da União e em muitos segmentos da sociedade civil. Apodera-se dos bens públicos como sendo sua propriedade, apoia-se na impunidade e na desesperança de uma sociedade submissa e descrente na justiça, ela própria assumindo a falta de ética e de valores, tal qual sua liderança.

Carente de exemplos, a Nação perdeu referências, apequenou-se com a satisfação de necessidades básicas e ficou refém de um Estado centralizador, explorador e provedor.

Seres humanos fracos submetem-se, sem reagir, a imposições ilegítimas, mascaradas de legalidade, que solapam liberdades naturais, autonomia (soberania) e direito à justiça.

Nações e instituições submissas a lideranças cleptocráticas liberticidas também são fracas e desprezíveis.

A Lei Moral, base da grandeza nacional, está na UTI. Que tipo de nação quer ser o Brasil?

⁽¹⁾ Valores Cívicos: princípios morais de comportamento pessoal para uma convivência social pacífica e responsável.

⁽²⁾ Cidadania: direitos e deveres do cidadão que garantem sua nacionalidade e participação na vida política e social da nação e o obrigam a respeitar as leis.

FORÇAS ARMADAS (FA) E AMEAÇAS INTERNAS

General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

As FA são instituições nacionais permanentes e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais [-] da lei e da ordem (art. 142/CF). Defesa da Pátria engloba ações preventivas e operacionais não apenas em face de ameaças externas, por isso, elas monitoram os cenários externos e internos.

São apartidárias, mas não apolíticas, conforme suas atribuições no Marco Legal, responsabilidades nas políticas nacionais e participação nas setoriais.

Há cinco ameaças internas à defesa da Pátria, à lei e à ordem, criando caos político, econômico, moral e social, com perda de autoridade do Estado e risco à coesão nacional. Ver a seguir:

- a. Ideologias radicais. A nazifascista tem pouco poder, mas as socialistas, marxista e fabianista, têm alto poder político, influentes lideranças populistas aéticas e projeção social. Os marxistas promovem uma revolução permanente desde a criação do PCB em 1922. Depois de fracassadas investidas em 1935, 1964 e de 1966 a 1976, insistem em tomar o poder, hoje liderados pelo PT seguindo a linha gramscista. Ameaçam a coesão, liberdade, justiça, soberania(1) e democracia.
- **b. Globalismo.** Movimento da oligarquia financeira global, um ator não estatal informal com grande poder econômico-financeiro, que pretende "ditar os rumos do planeta [com] um governo supranacional"(2). Ameaça a soberania e coesão, tendo como óbices o patriotismo, o nacionalismo, o conservadorismo, as religiões e as liberdades política e econômica.
- **c. ORCRIMs.** Poder paralelo que controla territórios, populações e instituições. Infiltraram-se em governos, legislativos e justiças (Federal e estadual) e na Oligarquia Patrimonialista (letra d). Ameaçam a soberania, segurança, justiça, liberdade e bem-estar, usando violência e corrupção.
- **d.** Oligarquia Patrimonialista (OP). Corrupta, mas não ideológica, é o centro de gravidade das ameaças e controla um sistema informal de dominação política. Nasceu com as capitanias hereditárias onde o donatário reunia os poderes político, econômico e militar. Maneja o Estado como um bem próprio e de seus agentes subalternos(3), organizando uma burocracia de controle e saque de bens públicos. Ameaça a soberania, justiça, liberdade e legitimidade do Estado.
- **e. Crise moral e cívica.** Afeta Estado, Nação, governos, instituições, sociedade e família, sendo fruto da revolução cultural, estratégia para tomar o poder e impor o socialismo. Lideranças globalistas e a OP são aliadas ou coniventes, pois a crise atende a seus interesses. Ameaça a família, a paz social e corrói, pela indisciplina, a coesão, liberdade, justiça, civismo e cidadania.

É um momento crítico e de decisão. Avaliando as cinco ameaças e consequências, o Ministro da Defesa e os Comandantes Militares têm como dever legal, moral e funcional assessorar com franqueza e propor cursos de ação saneadores, claros e objetivos, a despeito de possíveis choques de crenças e valores. Lealdade à Nação, liberdade, justiça, soberania, democracia e bem-estar anulam outros interesses. A defesa da Pátria e da Constituição está acima de tudo.

- (1) Convém lembrar que soberania pertence ao Povo/Nação e não a partidos, ao Estado ou a grupos de qualquer natureza, ideológicos ou não.
- (2) Gazeta do Povo: https://www.gazetadopovo.com.br/instituto-politeia/globalizacao-vs-globalismo/
- (3) Como era impossível exercer diretamente a autoridade nas extensas capitanias, os arrendatários tinham poder para apoiar ou rivalizar com o capitão-mor. Parceiros/rivais partilhavam bens públicos, desprezando necessidades e anseios das populações locais.

As Guerras e as suas Batalhas - 16 de outubro de 2025

Fonte: facebook

Intervenção militar brasileira na República Dominicana

Contexto: Em 1965, a República Dominicana estava passando por uma crise política e social após a Guerra Civil Dominicana. A Organização dos Estados Americanos (OEA) criou a FIP para ajudar a estabilizar o país e garantir a segurança enquanto se realizavam eleições democráticas.

Participação do Brasil: O Brasil participou da FIP com um contingente de militares que atuou ao lado de tropas de outros países da América Latina e dos EUA. A participação brasileira foi autorizada pelo governo do presidente Humberto Castelo Branco.

Quantidade de militares: O Brasil enviou um total de 1.130 militares para a República Dominicana, incluindo:

- 1.088 soldados do Exército Brasileiro; e
- 42 oficiais da Marinha do Brasil.

Locais de atuação: As tropas brasileiras atuaram em diferentes locais da República Dominicana, incluindo:

- Santo Domingo: a capital do país, onde as tropas brasileiras atuaram em conjunto com outras forças da FIP para manter a ordem e a segurança.
- Zona Leste: as tropas brasileiras também atuaram na zona leste da capital, onde havia uma grande concentração de refugiados e pessoas deslocadas.

Atuação dos militares brasileiros: As tropas brasileiras desempenharam um papel importante na manutenção da ordem e da segurança na República Dominicana. Suas principais atividades incluíam:

- Patrulhamento: as tropas brasileiras realizaram patrulhamentos em diferentes áreas da capital e do interior do país para manter a ordem e prevenir incidentes.
- Segurança de pontos estratégicos: as tropas brasileiras também foram responsáveis por garantir a segurança de pontos estratégicos, como edifícios governamentais, aeroportos e instalações militares.
- Assistência humanitária: as tropas brasileiras também participaram de ações cívicas e de assistência humanitária, fornecendo ajuda médica e alimentos para a população local.

Desempenho das tropas brasileiras: As tropas brasileiras desempenharam suas funções com profissionalismo e disciplina, contribuindo para a estabilização do país. Sua atuação foi amplamente elogiada pela população local e pelos comandantes da FIP.

Consequência: A participação do Brasil na FIP na República Dominicana teve várias consequências, incluindo:

- Fortalecimento das relações com a América Latina;
- Experiência em operações de paz e manutenção da ordem; e
- Legado positivo para o Brasil e para as Forças Armadas brasileiras.

A UTOPIA DO COMUNISMO

Luiz Ernani Caminha Giorgis (*)

Um espectro ronda a Europa - o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa unem-se em uma Santa Aliança para conjurá-lo: o papa e o Tzar, Metternich e Guizot, os radicais da França e os policiais da Alemanha. Que partido de oposição não foi acusado de comunista por seus adversários no poder? Que partido de oposição, por sua vez, não lançou a seus adversários de direita ou de esquerda a pecha infamante de comunista? [...] Proletários de todo o mundo, uni-vos".

Karl Marx

INTRODUÇÃO

Desde o Manifesto Comunista de Karl Marx de 1848 as palavras "comunismo", "comunista" e "marxista", são usadas indiscriminada e indevidamente por pessoas diversas que, amiúde, não sabem os seus verdadeiros significados.

A ideia de "comunismo" possui suas origens na antiga Grécia. Platão, Sócrates e outros filósofos já discutiam ideias sobre uma sociedade "socialista" e sobre a propriedade comum.

Entretanto, foi no século XIX, com Marx e Friedrich Engels que o socialismo/comunismo recebeu uma definição mais consistente e estruturada.

Inicialmente, vejamos a origem do termo, conforme a Internet:

A etimologia do termo vem do francês "communisme", que se desenvolveu a partir do latim "communis", significando "de" ou "para" a "comunidade". O sufixo "isme" indica uma abstração em um estado, condição ou doutrina. Portanto, "comunismo" pode ser interpretado como "o estado de 'ser de' ou 'para a' comunidade".

Por outro lado, na França ainda revolucionária da segunda metade do século XIX, conforme o site "todamateria.com":

A **Comuna de Paris** foi a primeira república proletária da história, quando os "*communards*", revolucionários parisienses, tomaram o poder na capital, em março de 1871. O levante popular teve uma natureza orgânica e espontânea, com vistas ao socialismo, influenciado pelo marxismo e outras correntes de esquerda. Este governo operário substituiu o republicano por cerca de quarenta dias, período que ficou marcado pelo naturalismo autogestionário e pelos princípios da **Primeira Internacional dos Trabalhadores**, incorporados pelos grupos revolucionários e pelas massas.

A Comuna de Paris foi a primeira experiência socialista da História, instaurada por uma revolução proletária. Tudo em função da derrota francesa na guerra contra a Prússia e, em função disto, dos pesados impostos pagos pelos trabalhadores para cobrir as dívidas da referida guerra.

80 anos antes da Comuna, em 1790, o líder político Gracco Babeuf já tinha criado a chamada Comunhão dos Iguais, uma organização revolucionária conspiratória para estabelecer o comunismo na França. Não conseguiu.

DESENVOLVIMENTO

Conforme a doutrina marxista, o comunismo não admite a existência de Estado. É uma condição "sine qua non".

Assim, a existência de estrutura governamental em qualquer país, nação ou tribo inviabiliza a existência de "Comunismo".

Neste caso, os países que se dizem comunistas nada mais são do que "socialistas", entendido este conceito como um estágio anterior ao Comunismo, ou seja, uma plataforma organizada por um Estado para alcançar o objetivo de uma sociedade comunista.

Ocorre que nenhum país hoje dito "comunista" passa além desta expressão, que possui um valor somente nominal.

E nenhum país, tal como Coreia do Norte, Cuba ou China, iria abolir o Estado para implantar uma sociedade comunista. Vale dizer que, como as experiências até hoje realizadas não obtiveram sucesso, o comunismo não passa de uma utopia¹.

Não existe Comunismo fático, nunca existiu e nunca existirá.

A própria URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, já não incorporou a palavra Comunismo no seu nome. Pergunto: poderia ter sido URCS?

Marx, em seu Manifesto Comunista de 1848 (trecho em epígrafe) já falava em um "espectro" do comunismo, ou seja, somente uma força de expressão. Uma ideia força.

Marx considerava o comunismo como o estágio final e inevitável do desenvolvimento histórico, mas não detalhou completamente sua estrutura, deixando sua visão um tanto aberta (Internet).

Conforme o Dicionário de Conceitos Históricos da Editora Contexto verifica-se no verbete "Comunismo" que:

O Comunismo é uma ideia que se incorporou ao imaginário do Ocidente contemporâneo, sempre colocada em oposição ao Capitalismo. Tal ideia, no entanto, tem se tornado pouco compreendida pelas novas gerações, depois da queda do bloco de países socialistas, a partir da 1989, e com a ascensão da pós-modernidade e da globalização. Embora, para muitos, o Comunismo tenha sido um projeto político que morreu com o século XX, sua importância para a História do mundo contemporâneo ainda faz dele um tema atual. O Dicionário do pensamento marxista oferece duas definições para Comunismo: primeiro, ele seria o movimento político da classe operária dentro da sociedade capitalista, iniciado com a Revolução Industrial. Esse sentido do termo surgiu na década de 1830, com o crescimento da classe operária na Europa Ocidental. Em segundo lugar, o Comunismo seria a sociedade criada pela classe trabalhadora em sua luta com as classes dominantes na sociedade capitalista (Silva; Silva, 2010, p. 70/71).

A Enciclopédia Barsa nos entrega uma outra referência: o Comunismo é uma "expressão usada para designar os sistemas de organização social baseados na propriedade comum e/ou na distribuição igual de riqueza" (Barsa, vol. 4, p. 376).

A utopia comunista é um ideal de sociedade sem classes, sem propriedade privada e sem Estado, onde os meios de produção são de propriedade comum, buscando o igualitarismo e a harmonia social. Frequentemente associada às ideias de Marx e Engels, essa utopia é vista por críticos como um modelo irrealizável devido à ausência de um método claro e por ter sido, na prática, associada a regimes totalitários (Internet).

O filósofo gaúcho Ernildo Stein, em seu livro "Órfãos de utopia" (Unijuí, 2015) coloca muitas e importantes ideias sobre as ideologias de esquerda, como, por exemplo.

- "...o conceito de socialismo é, hoje, operativamente vazio";
- a derrota do socialismo causou uma "...melancolia das esquerdas" e isto é causado não pela perda do objeto (o socialismo) mas sim "pela consciência de que não havia objeto";
- "...aquilo que se apresentava como perigo, como **risco** para a humanidade que era o comunismo"; (ou seja, comunismo/socialismo são um perigoso risco para a humanidade);
- "a ilusão do socialismo foi pensar poder substituir o capitalismo";
- "não existe um modelo de socialismo capaz de funcionar eficiente (mente) do ponto de vista de uma ordem política, nem agora nem em um tempo previsível";
- "O socialismo foi um acidente no caminho do capitalismo";

¹ A palavra foi criada por Thomas More a partir das palavras gregas *ou* (não) e *topos* (lugar), significando "não-lugar" ou "lugar que não existe".

- "Como é que uma ética particular (a de Marx) poderia ser imposta em uma sociedade determinada a partir da pretensão de universalização da posição de um indivíduo?"; e
- "...a dialética (de Hegel) é o mais terrível imaginário que apareceu na filosofia, na medida em que, justamente na dialética se tenta fazer a aproximação entre o particular e o universal... Esse foi o grande golpe de Hegel e foi o decisivo elemento que o marxismo trouxe" (de Hegel).

Muitas outras afirmações verdadeiras estão contidas no livro do Dr. Stein.

CONCLUSÕES

ortanto, pelo acima disposto, o dito comunismo não passa de uma ideia, um espectro, no máximo uma ameaça — a "ameaça do comunismo". Aparentemente, torná-lo uma ameaça, foi o objetivo de Marx para chamar a atenção para o eixo principal da doutrina — o econômico, e não o político/ideológico.

E então podemos abordar o marxismo, conforme a mesma fonte:

O marxismo pode ser definido inicialmente como um **sistema racionalista de interpre- tação da realidade**, por meio de uma análise histórica, originado no século XIX, a partir dos trabalhos de Karl Marx e Friedrich Engels, e de imensa repercussão teórica e política no século seguinte (idem, p. 267).

Ou seja, somente um "sistema de interpretação da realidade", não mais do que isto. De qualquer forma, por lógico, o comunismo está dentro da doutrina marxista.

E assim, objetivamente, uma pessoa não pode ser chamada de "marxista" se ela não leu a principal obra de Marx – O Capital². Ninguém pode se autodenominar marxista se não leu esta obra. Só pode ser chamado de marxista aquele(a) que leu, entendeu e incorporou à sua cultura político/econômica a interpretação de O Capital (Das Kapital).

Da mesma forma, ninguém pode ser taxado ou acusado de "comunista" sem que o acusador saiba o que significa o conceito e que o acusado também saiba. Neste caso, é melhor usar a palavra "esquerdista"³. Se assim não for, chamar alguém de "comunista" é passar um claro atestado de ignorância.

Chamar alguém de "socialista" segue o mesmo raciocínio, e já procuramos informar acima a diferença entre comunismo e socialismo.

Outra expressão muito utilizada e também errônea é "Ditadura comunista". Esta expressão carrega em si uma tal contradição que utilizá-la é outro erro crasso, posto que se existe ditadura existe estrutura de Estado e isto descaracteriza totalmente o comunismo.

Outras ideologias políticas também merecem reflexão, posto que estão presentes no nosso dia a dia, como nazismo⁴, fascismo, maoísmo, etc.

De qualquer maneira, os estudiosos afirmam, em geral, que o capitalismo é o melhor sistema econômico, ao lado da sua preciosa irmã – a democracia. Capitalismo e democracia são os únicos sistemas que proporcionam ao ser humano aquilo que ele mais preza e mais necessita – a liberdade.

Como disse o nosso prezado Winston Leonard Spencer Churchill: "A democracia é a pior forma de governo, exceto [...] todas as outras formas que já foram tentadas na história".

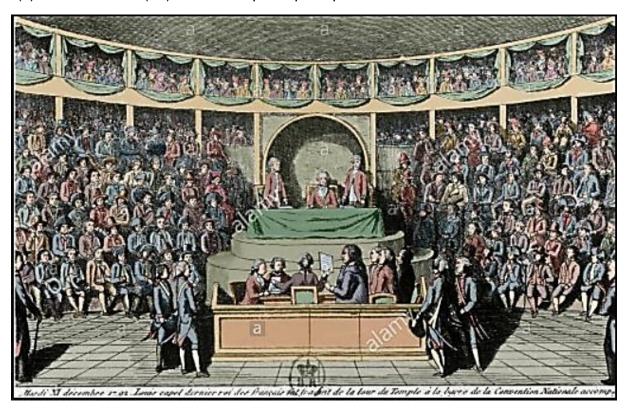
² Os leitores de O Capital destacam que se trata de uma obra recheada de contradições e propostas inviáveis. De qualquer forma, desde que lançada em 1867 (I volume), portanto há 158 anos, a obra de Marx ainda é uma referência.

³ Os conceitos de "direita" e "esquerda" vem da Revolução Francesa. À direita do Rei ou do Presidente da Assembleia Nacional (acima) ficavam os Girondinos (da Gironda) e à esquerda os Jacobinos. Ao centro, ficavam os representantes "da Planície".

⁴ Nazismo e fascismo, conforme o Dicionário de Conceitos, costumam "ser pensados juntos, como integrantes de um mesmo processo de crítica profunda ao liberalismo" (Silva; Silva, p. 141). O fascismo é anterior ao nazismo e pode-se dizer que este é "filho" do primeiro. Ambos foram desenvolvidos conjuntamente nas décadas de 20 e 30 do século XX. Não por acaso foram os grandes causadores da II Guerra Mundial.

Esta é a minha contribuição (do autor) para dirimir dúvidas e procurar esclarecer conceitos, sem pretensão nenhuma.

O(s) assuntos está (ão) em aberto para quaisquer debates.



Acima, a Assembleia Nacional Francesa. À esquerda da mesa da Assembleia - os Jacobinos. À direita - os Girondinos. Fonte: Internet.

Referências:

BARSA, Enciclopédia. Verbete Comunismo, vol. 4, edição de 1977. São Paulo: Barsa, 1977. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2010. STANLEY, Jason. Como funciona o fascismo – A política do "Nós" e "Eles". Porto Alegre: L&PM, 2018. STEIN, Ernildo. Órfãos de utopia. Ijuí, RS, 2015.

Em 1848, Marx e Engels viraram-se para o mundo e gritaram:

"Parem o mundo! Está tudo errado! Nós temos a verdade! Somente nós"!

Foi o cúmulo da pretensão por parte desses visionários que se julgaram os donos da verdade. Esqueceram que existe DEUS.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM Veterano,
Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com);
Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br;
Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br;
Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE -Delegacia Heróis de
Guararapes: http://historiapatriota.blogspot.com